

ESTADO DE S. PAULO

# Paciência, em vez de pacotes

com Brand

A vitória do presidencialismo na Assembléia Nacional Constituinte traduziu-se, no campo da economia, pela convicção de que o presidente José Sarney terá agora todas as condições para levar avante a obra de soerguimento da economia brasileira. A primeira palavra que se ouviu foi "um novo pacote", embora alguns tenham falado em "novo choque". Acostumados a medidas insólitas, parece que só acreditamos em fórmulas sibilinas para resolver problemas que exigem tempo, sacrifícios e muita paciência. Milagres, na economia, não merecem fé.

A euforia que perpassa pelo Planalto não deverá durar muito tempo, depois que se avaliarem os problemas a resolver e se entrevirem os sacrifícios que eles exigem, certamente conflitantes com as esperanças dos que se apegam a um fisiologismo que os embates políticos talvez tenham exasperado. Existem hoje no Brasil dois problemas que o ministro Mafson da Nóbrega parece ter perfeitamente captado. Um é a necessidade de reduzir-se o déficit público, fonte principal da inflação, o outro, a necessidade de reconquistar o País uma taxa de investimen-

tos compatível com um crescimento sustentado. Qualquer programa econômico que viesse a resolver estes dois problemas resolveria os grandes problemas do Brasil.

Não é nada fácil resolvê-los, mas, sabemos, pelo menos, que as tentativas de resolvê-los por meio de *choques*, ainda que ortodoxos, só concorrem para torná-los mais complexos e nebulosos. Não há a menor dúvida de que o crescimento excessivo das despesas com pessoal, na administração direta e indireta, tem de ser corrigido. Mas essa correção só será aceitável e eficiente se forem tomadas também medidas para restringir a gastança do governo. Fala-se em queda das receitas *líquidas*, como se tivessem declinado as receitas brutas e o aumento destas pudesse resolver os problemas nacionais. Há outro modo de atacar esse problema: reduzir as transferências e, especialmente, os subsídios, para dar maiores oportunidades ao setor privado e permitir que participe da poupança que é hoje desviada para outro setor.

É imperiosa, sem dúvida, a revisão da política salarial. Não com o intuito de favorecer a retração do poder aquisitivo — que não se justi-

ficaria, no momento —, mas de eliminar gradativamente o regime de indexação, que alimenta a espiral inflacionária. É preciso convencer os assalariados de que os ganhos de poder aquisitivo decorrem, sobretudo, da queda da inflação, e de que aumentos nominais automáticos reduzem, sempre mais, o poder aquisitivo. Mas é necessário que o governo, por um lado, ofereça provas de que também se submete aos sacrifícios e, por outro, de que não mantém a indexação apenas para aplicações financeiras.

O ministro da Fazenda frisou, pertinentemente, que o objetivo principal da política econômica é reconstituir no País a poupança destinada aos investimentos. A redução do déficit público certamente criará clima bastante propício ao incremento da poupança produtiva. Os resultados tardarão, porém, a fazer-se sentir, pois se trata de um processo lento: eliminar o déficit já será difícil e mais difícil ainda voltar a criar poupança pública para efetuar investimentos vultosos.

Por isso, o caminho mais curto é iniciar tal processo valendo-se da poupança externa, da verdadeira poupança externa, e não daquela

que, no passado, assumia a forma de empréstimos que deveriam ser reembolsados com altos juros. Para isso, o Brasil precisaria executar uma política de "desregulamentação" que removesse os obstáculos ao ingresso de capital estrangeiro de risco. O primeiro passo a dar é a reintegração na comunidade financeira internacional.

Os *choques* não passam de artifícios que protelam os problemas sem jamais os resolver. O congelamento de preços, cuja simples expectativa se vem tornando um dos principais fatores de inflação, com a economia em compasso de recessão, deve ser banido definitivamente dos planos do governo. As medidas necessárias são simples, diretas e urgentes. O tempo dos *pacotes* passou, e desmoralizou vários governos. Não será possível sair do atoleiro sem fazer esforço e sacrifícios. Agora, porém, os sacrifícios devem ser frutíferos, no quadro de uma economia cujos passos justificam otimismo fundamentado em investimentos. A esperança em novos *pacotes* milagreiros, infensa aos sacrifícios, exigiria no futuro sacrifícios ainda maiores. Não podemos continuar à mercê dos fazedores de *pacotes*.